PLANO DECENAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA CIDADE DE SÃO PAULO – PDMASsp

CONTINUAÇÃO

PROGRAMA AÇÃO JOVEM E VALOR TRANSFERIDO-FEDERAL		
ANO	FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS	VALOR TRANSFERIDO
2007	**	**
2008	17.558	R\$ 12.641.580,00
2009	18.093	R\$ 13.027.080,00
2010	11.273	R\$ 9.112.540,00
2011	3.649	R\$ 3.503.200,00
2012	3.257	R\$ 3.126.880,00
2013	7.135	R\$ 6.849.120,00
2014	10.440	R\$ 10.022.240,00
2015	11.562	R\$ 11.099.520,00
2016*	8.468	R\$ 6.097.280,00

Elaboração: SMADS/CGB - Setembro de 2016.
 *Dados até setembro de 2016** Sem dados consolidados Fonte: Arquivo retirado do Site do MDS SAGI acessado em 19/09/2016/Folhas de Pagamento do Programa Renda Mínima Renda Cidadã e Ação Jovem
 Elaboração: SMADS/CGB - Setembro de 2016.

4.7 - Governança das funções da política de assistência social em São Paulo

De acordo com a regulação nacional da política de assistência social a sua execução inclui três funções básicas: a proteção social, a vigilância socioassistencial e a defesa de direitos.

4.7.1 - Função vigilância socioassistencial

Para alguns a vigilância socioassistencial exerceria papel sazonal, isto é, retaguarda que arquiva e prepara informações. Assim, ela só seria acionada na ocorrência de preparo de um documento, um relatório. Nesta leitura sedentária da vigilância ela seria um lugar que cuida de números e não influi no qualitativo.

PLANO DECENAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA CIDADE DE SÃO PAULO – PDMASsp

A função vigilância socioassistencial é na política de assistência social ao mesmo tempo estável e dinâmica. Ela deve manter relação intensa e presente em toda ação da política e não somente em momentos que antecedem ou após sua execução. O fato dela ser sistematizadora não quer dizer que não tenha dinâmica contínua. Do mesmo modo cabe afirmar que ela não tem vida própria, isto é, que pode desligar-se da dinâmica da operação da política desenvolvendo análises independentes.

A vigilância socioassistencial só é entendida quando se compreende sua dimensão política na política de assistência social. Vigilância socioassistencial é produto e não só processo, isto é, ela tem entregas na dinâmica da política que são importantes para dar visibilidade de demandas quanto a intensidade de respostas. Nessa perspectiva ela se transforma em ferramenta do controle social e mediação para ampliar o acesso democrático da sociedade aos elementos da política.

Nas formas históricas do órgão gestor da política em São Paulo uma das iniciativas inaugurais nesse campo foi o SEBES-PLAN. Um órgão técnico que mantinha um corpo de intelectuais de lastro que analisavam fundamentos das questões trabalhadas pelo órgão, disseminando textos e reflexões, cuja discussão permitiria avançar no conhecimento institucional. Essa experiência foi marcada, porém, por um certo elitismo pois não permeava a atenção à população desde onde ela se desenvolvia.

Aqui se coloca uma questão democrática bem séria e de difícil superação: como construir um circuito de informações, observações capazes de percorrer um caminho ascendente e descendente, percorrendo em duas vias, desde a ponta da ação até outras escalas e retornando em sua análise da diversidade das ocorrências. É possível instalar um modelo dialógico de gestão da vigilância socioassistencial? Aposta-se que sim e essa afirmação é tão potente que está presente nas oitivas com a frase: como acabar com o sigilo das informações, pois isso prejudica a transparência? Como possibilitar que o usuário participe da vigilância? Importante registrar que a questão do acesso é fundamental para que informações sejam função no processo.

PLANO DECENAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA CIDADE DE SÃO PAULO – PDMASsp

SMADS montou um Observatório há alguns anos, inicialmente, mais direcionado para o controle do programa de transferência de renda. Ele se centrou e de forma pioneira no georreferenciamento das famílias beneficiárias e seu espalhamento nos territórios da cidade estendido em escala dos 96 distritos e seus respectivos setores censitários. A partir desse conhecimento foi acrescentando outras informações sobre os serviços socioassistenciais o que permitiu analisar os chamados “vazios assistenciais” marcados pela presença/ausência de serviços e unidades de referência como CRAS e CREAS. Esse processo vem identificando a população inscrita no CAD. Único e aplicando os dados preparados pela unidade nacional conhecida como SAGI do MDS, hoje MDSA, localizando as demandas a partir do censo do IBGE, que identificou o número de famílias com menor renda por setor censitário.

Essa análise permitiu a SMADS desenvolver estratégias de “busca ativa” e localizar quantitativamente as famílias a serem cadastradas perante a estimativa territorial de baixa renda ou do perfil bolsa família apresentado por SAGI/MDS. Esse processo foi desenvolvido e SMADS obteve como resultado, maior número de famílias cadastradas do que o estudo de SAGI indicava. Deve-se essa situação a dois conhecimentos: os dados censitários tinham por referência os dados do Censo de 2010, enquanto na realidade e, infelizmente permaneciam novas e mais famílias em precárias situações de sobrevivência até este 2016.

Esse quadro de situação foi exigindo novos estudos para analisar as condições de proteção/desproteção social para além da renda per capita familiar. Esses estudos têm fluído para o conhecimento de demandas por atenções, o que permitiu a elaboração do Atlas Social a partir do exame do CAD. Único.

Neste momento há a busca de conhecimento territorial mais disseminado o que indicou a necessidade de descentralização do Observatório para o estudo regional de cada uma das SAS e a necessidade de preparo de equipes regionais entenderem e se habilitarem ao manuseio dos dados como promover novos estudos já relacionados com os serviços socioassistenciais e o público que frequenta.

PLANO DECENAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA CIDADE DE SÃO PAULO – PDMASsp

Por consequência, as oitivas foram marcadas por essa nova situação em fazer com que os conhecimentos transitem pelas regionais e possam ser desenvolvidos indicadores de resultados das atenções prestadas. Isto significa preparar toda a rede para registrar seu trabalho, e poder contar com informações sobre o trabalho desenvolvido, indicando a quantidade e qualidade da ação. Trata-se de uma nova cultura que exige nova pedagogia no desenvolvimento do trabalho e exige árduo trabalho institucional e preparo de seus trabalhadores. A forma atual de registro mostra-se insuficiente para atingir tais objetivos.

4.7.2 - Função defesa de direitos

A função defesa de direitos não tem um lugar específico na gestão que possa fomentá-la, equacioná-la. Permanece no campo subjetivo ou, não racional. É tratada como uma possível consequência, e não, como necessidade de que nela sejam investidas forças. Nesse sentido pode-se afirmar que ela é banalizada, ou algo que naturalmente decorre da atenção prestada. Há aqui um engano, pois, trata-se não só do domínio pelos gestores e técnicos do **Decálogo dos Direitos Socioassistenciais**, conforme estabeleceu a V Conferência Nacional de Assistência social de 2005, como a necessidade de promover o direito pelas ações de gestão que sejam de ciência dos usuários. É esta uma função da política e não só uma ação mecânica decorrente do que se faz.

A clareza do conteúdo dos direitos socioassistenciais encontra sempre dificuldades, pois neles repousa conteúdo que deveria ser mais consensual, do que cabe à política de assistência social e, conseqüentemente, ao SUAS, com compromissos e responsabilidades no campo da proteção social.

Ao discutir direitos socioassistenciais há que se convergir - olhar e pensamento - para o usuário das atenções dessa política, sejam essas atenções operadas por benefícios, serviços executados pela rede pública socioassistencial. Em decorrência, a defesa de direitos significa **concretizar**, como direito, o acesso